

Salário mínimo para deficientes carentes

BRASÍLIA — Os portadores de deficiência e os idosos que, comprovadamente, não tiverem meios para se manterem, passarão a receber o benefício mensal de um salário mínimo. Esta emenda foi aprovada ontem pelos constituintes, na mesma sessão que retirou do Governo federal o controle total — exercido hoje através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) — sobre recursos e programas na área da assistência social, dando autonomia político-administrativa aos Estados e Municípios.

Estes dois temas constam do Capítulo sobre Assistência Social, votado por acordo entre os partidos, sem nenhum voto contrário e com a aprovação de 436 constituintes. Apenas três se abstiveram. Através dessa emenda negociada, a assistência social passou a ter status constitucional e será prestada a quem dela necessitar, mesmo que não contribua com a seguridade social.

Hoje, o Governo federal exerce a assistência social através da LBA, que tem total controle sobre os recursos e programas, repassando-os aos Estados, Municípios ou entidades vinculadas ao setor. A grande novidade da emenda, segundo o Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), é que ela descentraliza o setor, deixando para a esfera federal apenas a coordenação e a fixação de normas gerais.

Mas a coordenação e execução dos programas ficarão sob a responsabilidade direta dos Estados e Municípios, além de entidades beneficentes e de assistência social. Na opinião do Deputado, lei posterior poderá até criar outro organismo federal para cuidar das diretrizes gerais ou manter estas funções com a LBA. Os recursos virão dos orçamentos da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Houve apenas uma alteração na emenda resultante do acordo: a que concede um salário mínimo mensal a idosos e deficientes carentes. A emenda definia apenas que eles teriam direito a um benefício mensal, mas que este seria fixado em lei posterior. O Deputado Vitor Buaiç (PT-



Durante a votação, Righi, junto ao microfone, discute com Genoio

ES) apresentou emenda, fixando o valor desse benefício. Ela foi defendida pelo Deputado Ivo Lech (PMDB-RS), que é paraplégico. Ele disse que queria dar ao plenário o testemunho de que a questão não deveria ser tratada com emocionalidade, pois a emenda tratava de fazer justiça aos portadores de deficiência e aos idosos. Acrescentou que ela representava uma reivindicação de todas as instituições envolvidas com a questão da excepcionalidade. Conseguiu os aplausos e os votos do plenário, que aprovou a emenda com 327 votos. Apenas cinco se manifestaram contra e sete se abstiveram.

A assistência social definida pelos constituintes terá como objetivo habilitar e reabilitar os portadores de deficiência, dando-lhes condições de integração à vida comunitária. Além disso, ela deverá amparar crianças e adolescentes carentes, promover sua

integração ao mercado de trabalho e proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.

Além da descentralização político-administrativa do setor, as ações governamentais deverão ter como diretriz a participação da população, através de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle dos programas.

Ontem, o plenário encerrou a votação do Capítulo II do Título que trata da Ordem Social, e que incluiu a seguridade social, a saúde, a previdência social e a assistência social. O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que fizera um apelo às lideranças para um "derradeiro esforço" na busca de acordos, agradeceu ao final da sessão de ontem pelo "trabalho resistente que tiveram, inclusive aos sábados e domingos, para que fosse possível a votação".

A íntegra dos textos aprovados está no Caderno de Classificados

Merenda escolar impede plenário de votar Educação

BRASÍLIA — A polêmica em torno do financiamento da merenda escolar impediu que a Constituinte apreciasse ontem o Capítulo da Educação. O acordo firmado de manhã entre o Centrão, o PMDB e os partidos de esquerda foi rompido pelos parlamentares que haviam negociado, na véspera, a Seguridade Social, Deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Abigail Feitosa (PSB-BA).

Como a educação terá seus recursos orçamentários ampliados de 13 para 18 por cento, eles não concordaram que a arrecadação da seguridade seja desviada para os programas de apoio ao estudante, que incluem, além da merenda, transporte, saúde e material escolar.

Nas negociações sobre a Educação, Centrão e PMDB conseguiram vencer os maiores obstáculos. O texto assegurou a aplicação de verbas públicas só para o ensino público, agradan-

do a esquerda, e livrou a rede particular de qualquer interferência do Estado, até quanto à fixação das mensalidades.

O acordo só deixava em aberto a questão das bolsas-de-estudo. O Centrão ameaçou retirar-se das negociações se as instituições privadas não tivessem acesso às bolsas. Finalmente, chegou-se a uma solução que agradou as duas partes: elas poderão ser distribuídas à rede particular, se comprovada a falta de vagas nas escolas públicas.

Frente ao veto de Scalco e Abigail, houve a tentativa de repassar apenas a merenda e a saúde dos estudantes para a seguridade. Mas a proposta foi rejeitada.

Sem acordo, a votação ficou adiada para a sessão de hoje. De manhã os Líderes vão tentar algumas fórmulas alternativas ou decidir pela votação em separado.

Quatro mil pressionam a favor do ensino gratuito

BRASÍLIA — Cerca de quatro mil estudantes, professores e servidores de universidades estiveram ontem na Constituinte para convencer os parlamentares a aprovar a gratuidade do ensino em todos os níveis. Após um ato público na frente do Congresso, 600 deles ocuparam o corredor de acesso ao plenário expondo suas reivindicações.

A maioria dos manifestantes, 800, veio do Rio,

que lotou 17 ônibus. Goiás enviou dez ônibus, com 400 estudantes. São Paulo, Minas e Santa Catarina trouxeram juntas 11 ônibus. Brasília se fez representar por alunos de 15 escolas.

No início do ato, estudantes de primeiro e segundo graus de Brasília quiseram invadir a rampa que dá acesso às galerias. Foram impedidos por um pequeno grupo de policiais e pelos organizadores.

Mais estudantes na página 11

Reforma tributária levará Governo a conter as despesas

BRASÍLIA — Reconhecendo as poucas chances de ser alterado o Capítulo da Ordem Tributária no segundo turno de votação da Constituinte — onde somente poderão ser aprovadas emendas supressivas — o Governo pensa em equilibrar suas contas de receita e despesa através de um profundo enxugamento da máquina administrativa, que vai desde a extinção e fusão de Ministérios até a privatização de empresas públicas.

O Palácio do Planalto admite que dispõe de poucos aliados para suprimir dispositivos do texto já aprovado em plenário. Exemplo disso é o Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), que ontem disse, ao ser abordado a respeito, não ser a pessoa mais indicada para tratar do assunto, pois é favorável ao texto aprovado no primeiro turno de votação.

O Governo tem como adversários nesta luta os mesmos Governadores que o ajudam na vitória do mandato presidencial de cinco anos. Nenhum deles admite uma revisão no percentual de repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Es-

tados, fixado pelo texto aprovado em 21 por cento.

Em função das dificuldades, o Governo assim define a sua nova filosofia, conforme o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto: "equilibrar as finanças públicas federais, reduzindo drasticamente o déficit público e simultaneamente fortalecendo os Estados e Municípios, não só do lado da receita, mas da ampliação de suas atribuições e encargos".

— Ou enxugamos a máquina, transferimos encargos aos Estados e Municípios, privatizamos e desestatizamos, ou o "buraco negro" será nas finanças públicas — disse Costa Couto.

Na avaliação do Planalto, o acréscimo de despesas em função do texto relativo à Previdência Social também provocará um rombo nas contas do Governo. Ao mesmo tempo em que reconhece a dificuldade para a alteração do que já foi aprovado, o Governo, através do Ministério da Fazenda, analisa as possibilidades de correção de algumas distorções.

São poucas as opções para fazer mudanças

BRASÍLIA — O Governo tem poucas opções para alterar a reforma tributária aprovada pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte. A primeira seria a supressão de dois artigos: o que cria o Fundo de Compensação das Exportações e o que fixa os percentuais da distribuição dos recursos orçamentários. A outra ficaria para a votação da legislação complementar, que terá início depois de promulgada a nova Constituição.

Para retirar do texto o Fundo de Compensação das Exportações — que representa 20 por cento do total das perdas da União com a reforma tributária — o Governo terá que apresentar destaque com 187 assinaturas para votação em separado. As assinaturas teriam que ser de parlamentares do Norte e do Nordeste, porque o Fundo interessa principalmente aos Estados do Sul. O conflito, no entanto não interessa a nenhuma das bancadas regionais.

Outra alternativa seria transferir para a legislação ordinária a definição da distribuição das verbas orçamentárias. Poderia ser apresentada uma emenda pedindo a supressão desses números. Para isso, o Governo precisaria contar com 280 votos em plenário. Outro caminho seria a apresentação de um destaque para votação em separado. Nesse caso, bastaria conseguir 187 assinaturas de apoiamento.

A principal dificuldade, no entanto, está em convencer os parlamentares a votarem contra os interesses dos governadores e prefeitos, que pressionaram os constituintes para votarem a favor do texto que foi aprovado.

Dornelles cobra ação do Governo

O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) cobrou ontem do Governo um maior empenho no acompanhamento das decisões da Constituinte, para que a nova Carta "não abra um fosso entre o Brasil real e o País imaginado pelo plenário". O Deputado considera que o Planalto "tem de abandonar seu atual comportamento omissivo" e, no segundo turno de votação do projeto, fornecer, através das suas lideranças, subsídios que garantam "decisões mais técnicas e menos emocionais".

Para Dornelles, o atual projeto de Constituição precisará passar por um processo de triagem para que os princípios ali estabelecidos não entrem em choque com as necessidades do País:

— O Presidente Sarney apresentou à Nação um programa econômico que pretende diminuir a interferência do Estado na economia. Mas de que adianta, se o texto constitucional fixar princípios que contrariem este objetivo?

O parlamentar apontou, entre os dispositivos ainda a serem votados no primeiro turno e que merecem atenção do Governo, o artigo das Disposições Transitórias que prevê anistia para todas as dívidas contraídas com a União por pessoas físicas. Segundo Dornelles, esse dispositivo, se aprovado, provocará um rombo de grandes proporções no Tesouro Nacional.